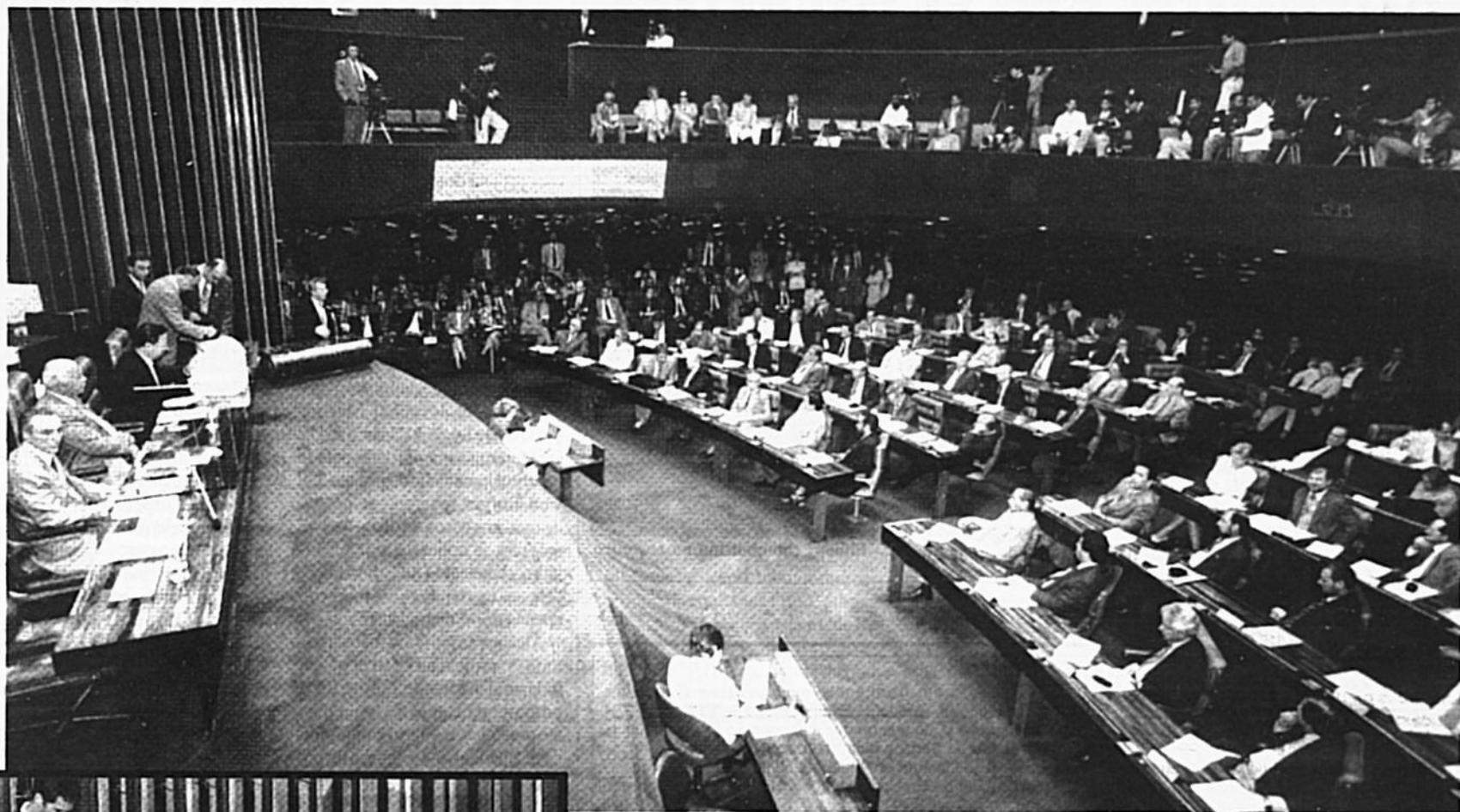


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 594 - Brasília, segunda-feira, 24 de novembro de 1997



O plenário do Senado no sábado: senadores e deputados ouvem a exposição do ministro Antônio Kandir. Pouco antes, tinha sido a vez de Pedro Malan. Parlamentares questionaram os dois ministros sobre o ajuste

Congresso ouve ministros e debate novo Código Civil

Em um fim de semana de trabalho, Malan e Kandir vêm ao Senado falar sobre ajuste e Josaphat faz um resumo de sua proposta

O Congresso teve um fim de semana de muito trabalho. Ontem, o senador Josaphat Marinho apresentou ao plenário um resumo das idéias que orientam o projeto do novo Código Civil, cujo relatório é de sua autoria.

Também ontem o Congresso discutiu em audiência pública a medida provisória que cria um fundo especial para microempresas. No sábado, o Congresso ouviu os ministros Pedro Malan e Antônio Kandir. **Páginas 3 a 8**



Em audiência pública no domingo, a comissão mista ouve o presidente do BNDES sobre a MP da microempresa



Na sessão de domingo, Josaphat faz um resumo das idéias do novo Código

Jamais um presidente brasileiro se reuniu com colega estrangeiro em colônia, segundo o senador, apontando resquício colonialista condenável

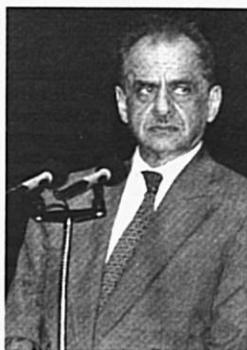
Encontro FHC-Chirac na Guiana preocupa Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem à Mesa do Senado informações a respeito de um possível encontro entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, na fronteira do Brasil com a Guiana. O senador lembrou que a Guiana é território francês na América do Sul e um "resquício do colonialismo que o Brasil historicamente condenou".

De acordo com Simon, noticiário da imprensa dá conta de que os presidentes do Brasil e da França poderão se encontrar na fronteira com a Guiana,

por ocasião da conclusão do asfaltamento de uma estrada. O senador gaúcho manifestou "surpresa" com a possibilidade dessa reunião em uma colônia, lembrando que jamais um presidente brasileiro se reuniu com outro chefe de governo nas antigas Guianas holandesa e inglesa, enquanto esses territórios eram colônias.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou o encaminhamento do pronunciamento para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, para análise e informação ao senador gaúcho.



Simon: colonialismo no encontro

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 118/84 - que institui o Código Civil"

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (25.11.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 118/84 - que institui o Código Civil"

Quarta-feira (26.11.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 118/84 - que institui o Código Civil"

Quinta-feira (27.11.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Requerimento nº 977/97 - o senador João Rocha solicita, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 130 e 131, de 1997, de sua autoria, com o Projeto de Resolução nº 49, de 1996, que já tramita em conjunto com os de nºs 34 e 52, de 1996; 32, 41, 43, 101 e 108, de 1997, por versarem sobre matéria financeira; "PLC nº 47/84 - dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial; substitutivo do Senado ao "PLC nº 18/95 - regulamentação o exercício profissional do histotecnologista; "PLC nº 18/97 - dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região; "PLC nº 45/97 - dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional; "PDL nº 36/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; "PDL nº 37/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à FM Cidade de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; "PDL nº 41/97 - aprova o ato que renova a outorga deferida à Fundação Cotrisel para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sepé, estado do Rio Grande do Sul; "PDL nº 43/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Brasileira de Assistência e Educação (Fubae) para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica, estado do Espírito Santo; e "PDL nº 45/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberdade de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaju, estado de Sergipe.

COMISSÕES

Terça-feira (25.11.97)

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1595-14, adotada em 11/11/97 - altera dispositivos das Leis nºs. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; 8.460, de 17 de setembro de 1992; e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

15h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1600, adotada em 11/11/97 - dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da administração pública federal indireta. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

16h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1598, de 11/11/97 - dispõe sobre exportação indireta. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Requerimentos: senador Emandes Amorim e deputado Sérgio Miranda
Projeto de Lei de Créditos Adicionais: PLN nºs 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 58, e 66/97 - CN. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

10h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Audiência pública com o senhor Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES, com a finalidade de prestar informações aos membros da comissão sobre as operações relacionadas à privatização de empresas estatais de energia elétrica. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (26.11.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Audiência Pública - exposição do ministro Pedro Sam-paio Malan
Pauta: "PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar. Sala 03 - Ala Alexandre Costa

ESPECIAL

18h - Lançamento do livro *Diálogos de Lefortov*, de autoria do escritor Victor Ampilov. O evento conta com o patrocínio do senador Roberto Requião. Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho

Gilvam procura relator para projeto da eutanásia

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem que procura "um homem bom" para relatar projeto de sua autoria que institui a eutanásia. "Busco um relator que não veja o aspecto eleitoral", salientou. Ele também cumprimentou o presidente do Senado pela iniciativa de convocar sessões nesse final de semana e propôs que o mesmo seja feito até o fim do ano, para acelerar as discussões e a votação da reforma administrativa.

Apesar de Josaphat Marinho (PFL-BA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) terem se manifestado pela inconstitucionalidade do projeto, Gilvam Borges reiterou sua posição de que, nos casos de doença terminal, não se aplicaria a proteção à vida estabelecida na Constituição: "Nesses casos não existe mais vida, apenas dor e degradação".

Alcântara, que abriu mão da relatoria do projeto na CCJ, disse que, independentemente do mérito da proposta da eutanásia, uma questão polêmica, cumpriu compromisso de abandonar a relatoria do pro-



Gilvam: projeto muito polêmico caso estivesse convencido de sua inconstitucionalidade, como aconteceu.

Bello Parga (PFL-MA) concordou com a sugestão de intensificar os trabalhos legislativos até o final do ano, para evitar que o presidente da República tenha que fazer uma convocação extraordinária do Congresso. Já o senador Fraelino Pereira (PFL-MG) considerou que um projeto estabelecendo a eutanásia está fadado a ser sistematicamente apresentado, "para manter vivo o debate sobre o assunto".

Lauro registra posse no Tribunal de Justiça do Rio

O senador Lauro Campos (PT-DF) registrou ontem satisfação com a posse do desembargador Martinho Álvares da Silva Campos na presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a realizar-se amanhã.

Lauro Campos informou que o desembargador, que é seu primo,

é filho do procurador Manuel Álvares da Silva Campos. Disse ainda que Martinho Álvares, depois de iniciar sua carreira de juiz de Direito mediante aprovação em concurso público, "passou por todos os cargos até chegar a desembargador".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marlucio Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Por quase duas horas, Josaphat Marinho falou ao plenário sobre seu parecer à proposta do novo Código Civil, que será votada na quarta-feira. Ronaldo Cunha Lima diz que Senado dá à nação um texto à altura de suas necessidades

Josaphat: novo Código privilegia o social

A proposta do Código Civil brasileiro adota as novas idéias do Direito, entre elas a do sentido social, "muito além do sentido individualista ou privatista do Código em vigor". Esse resumo sobre o que orientou o novo Código foi apresentado pelo relator-geral da comissão especial que estudou o assunto, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), em sessão extraordinária do plenário, convocada para ontem.

Por quase duas horas, Josaphat Marinho falou ao plenário sobre seu parecer à proposta do novo Código. Foi o primeiro de quatro dias em que o plenário só discutirá o Código Civil, devendo realizar a votação nesta quarta-feira. O relator-geral informou que o projeto recebeu 366 emendas dos senadores e ele próprio apresentou outras 127. Caso o plenário concorde com as emendas, o Código voltará à Câmara para novo exame.

- Quem examina hoje o texto do Código Civil, em vigor há 80 anos e produto do saber e da inteligência de Clóvis Bevilacqua, experimenta enorme dificuldade. Há situações em que um mesmo dispositivo foi modificado por

duas, três leis. Vê-se que há mais nota de pé de página do que de texto do Código - frisou.

Depois de observar que o projeto se adapta às inovações da Constituição de 88, o relator-geral informou que, pela primeira vez, haverá no Código o Direito da Empresa. Assim, a proposta se desdobra em cinco códigos, além da parte geral - Direito das Obrigações, Direito da Empresa, Direito das Coisas, Direito da Família e Direito das Sucessões, mais um livro complementar, com as Disposições Transitórias.

Frisando que um código deve ser a "expressão média do pensamento coletivo", Josaphat Marinho ponderou que o projeto evitou entrar em detalhes que mudam com o tempo. Assim, no Direito da Empresa, por exemplo, o Código deixa para as leis especiais os desdobramentos "da vida dos negócios". No Direito da Família, a parte que trata da "união estável", por ser polêmica e ter sido objeto de duas leis depois que o princípio foi colocado na Constituição de 88, a proposta se limita a fixar as linhas mestras sobre o assunto. Na expressão do novo Código,

união estável é aquela existente no mínimo por cinco anos entre homem e mulher "que podem se casar". Se houver filho, o prazo se reduz a três anos. A frase "podem se casar" evitará a confusão com o simples concubinato.

Depois de destacar o trabalho na comissão especial dos juristas Miguel Reale e José Carlos Moreira Alves, o relator-geral disse ter recebido dezenas de sugestões, não apenas dos senadores, mas de advogados, professores de Direito e de um estudante. O aluno, incentivado por seu professor orientador, fez sugestões importantes na parte que trata da desconsideração da pessoa jurídica (quando a empresa ilícitamente quer confundir-se com a pessoa de seus sócios ou de seus dirigentes).

O relator-geral mencionou as principais mudanças no Código, destacando a redução da idade de 21 para 18 anos para a responsabilidade civil plena. Lembrou que ao longo de todo o texto a expressão "poder pátrio" é substituída por "poder familiar", refletindo a participação da mulher na família. Obcecando ao que os constituintes decidiram, filhos adotivos têm os mesmos direitos dos ou-



Ao terminar sua apresentação, Josaphat é cumprimentado por ACM

tros. Acaba ainda com as expressões "filho legítimo", "filho ilegítimo" e "filho natural".

Josaphat propõe alterações na idade mínima para se adotar um filho. O atual Código fala em 30 anos e o Estatuto da Criança e do Adolescente cita 21 anos. O relator-geral, depois de consultar códigos de outros países, juizes e juristas, optou por 25 anos. Explicou que, a se ver, com 21 anos o candidato a adotar uma criança não tem experiência e maturidade suficientes,

inclusive estabilidade financeira.

O projeto, acrescentou, estabelece ainda o dever dos parentes, dos ex-cônjuges, dos ex-companheiros, de dar assistência àquele que, em estado de necessidade, não tem como sobreviver. No Direito das Sucessões, a proposta reduz o número de testemunhas para testamento, inclusive aceitando o testamento em condições excepcionais, como em aeronaves, até então não existente em lei.

Ronaldo: proteção a todos no dia-a-dia



Ronaldo: Código concretiza os direitos

"É possível dizer que, pela influência direta no cotidiano, o Código Civil é mais importante que a Constituição", afirmou ontem o senador Ronaldo Cunha Lima no primeiro dia de discussão do parecer sobre a matéria. O senador presidiu a comissão especial que elaborou o novo Código.

- Se a Constituição cria os direitos fundamentais, o Código Civil é fundamental para o resguardo desses direitos. A Constituição protege a cidadania. O Código Civil protege o cidadão no dia-a-dia. A Constituição generaliza direitos e o Código Civil concretiza esses direitos - assinalou Ronaldo Cunha Lima. "O Código protege a vida da concepção ao alémtúmulo", salientou.

Depois de destacar o trabalho

do relator-geral, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), "somente comparável à dedicação de outro baiano, o magistrado Teixeira de Freitas", Ronaldo Cunha Lima agradeceu as participações na comissão especial dos juristas Miguel Reale e José Carlos Moreira Alves.

Para ele, o Senado está oferecendo um Código "à altura das exigências da nação" e reflete "um novo compromisso social". "De início, substituí o estilo anterior, paternalista e masculino. Não se fala mais em direitos do homem, mas do ser humano. A personalidade não sofre mais limitações. Mesmo o nascituro continua inteiro em suas perspectivas de direi-

to, bem assim para definir a maioridade, em respeito às condições atuais de educação e saúde, aos 18 anos de idade."

- Nas relações contratuais inovava-se o pensamento anterior, na medida em que se substituiu o absolutismo do contrato pelas condições de sua execução. É a parte do ato negocial, ou negócio jurídico, substituindo o ato jurídico, ou a prevalência dos contratantes contra o contrato - frisou. Nesse aspecto, acrescentou Ronaldo Cunha Lima, e "seguinte acalentada jurisprudência, considera ilícito o dano moral, tornando-o suscetível de indenização".

"Um dia de glória na vida do professor Josaphat"

"Hoje é um dia de glória na vida do professor Josaphat Marinho", disse no início da tarde de ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao elogiar "o trabalho notável" do relator-geral do projeto do Código Civil, depois que Josaphat concluiu, sob aplausos do plenário, a apresentação do seu parecer. O projeto teve ontem o seu primeiro dia de discussão, que prosseguirá hoje e amanhã, devendo a matéria ser votada na quarta-feira.

- Não sei se elogio o mestre pela brilhante aula, o jurista, o senador, o homem público, mas sei que S. Exa. demonstrou agora uma permanente juventude física e cultural que o coloca, entre todos nós, na saliência que bem merece, na elevação que sempre teve não só por sua atuação na Casa, como também por toda sua vida públi-

ca - disse Antonio Carlos. - Estou feliz porque vejo S. Exa. se incorporar a Teixeira de Freitas, a Rui Barbosa e até mesmo a um não baiano, Clóvis Bevilacqua - observou.

Posteriormente, em entrevista, Antonio Carlos afirmou que o parecer elaborado pelo sena-

Presidente do Senado elogia o "trabalho notável" do relator do projeto do novo Código

dor Josaphat Marinho para a proposta do novo Código Civil segue as mais modernas linhas adotadas mundialmente pelos juristas, e deverá ser aprovado em plenário na quarta-feira.

O senador qualificou o trabalho realizado por Josaphat Marinho como "brilhante", e assegurou que ele segue a tendência da jurisprudência atual. Para ele, a aprovação da matéria pelo Congresso resultará num grande avanço para a sociedade brasileira, pois o Código em vigor data de 1916.

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, aproveitou a sessão de sábado para promulgar a emenda constitucional que prorrogou o Fundo de Estabilização Fiscal até dezembro de 1999

Congresso debate ajuste fiscal do governo

O Congresso Nacional realizou no sábado sessão conjunta, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, para debater com os ministros da Fazenda e do Planejamento as medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise financeira internacional. Após suas exposições iniciais, Pedro Malan e Antônio Kandir passaram a responder perguntas dos senadores e deputados.

Tendo ao lado o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, Antonio Carlos aproveitou a sessão do Congresso para que fosse promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado a emenda constitucional que prorrogou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

A prorrogação do FEF era um ponto importante da política econômica do governo para enfrentar a crise internacional e manter a estabilidade da moeda. A emenda prorroga a vigência do fundo até dezembro de 1999. O FEF substituiu o Fundo Social de Emergência e permite ao governo segurar repasses de verbas orçamentárias para os estados e municípios, sob compro-



Kandir, Temer, Antonio Carlos e Malan: debate com parlamentares para explicar as medidas econômicas

misso de aplicação em ações dos sistemas de saúde e educação.

Malan e Kandir chegaram ao gabinete do senador Antonio Carlos às 9h30. Meia hora depois iniciou-se a sessão. Os dois foram interpelados por senadores e deputados. A sessão encerrou-se às 17h30.

Os deputados que interpelaram os ministros foram: Haroldo Lima, Fernando Gabeira, Paes Landim, Lindberg Farias, Nilson Gibson, Feu Rosa, Israel Pinheiro, Mussa Demes, Sandra Starling, Arthur Virgílio, Chico Vigilante e José Carlos Aleluia.

Para Malan, o país está menos vulnerável

A percepção do governo é de que o contexto internacional mudou para pior, de modo que a crise não passou e exige do país "uma resposta adequada e apropriada", afirmou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante sua exposição inicial na sessão extraordinária do Congresso Nacional, à qual compareceu, juntamente com o ministro Antônio Kandir, do Planejamento, para prestar esclarecimentos sobre o ajuste fiscal.

As medidas fiscais tomadas até agora pelo governo, reforçadas pela aprovação da reforma administrativa na Câmara dos Deputados, são "a melhor resposta, na verdade, a única", para reduzir a vulnerabilidade do país, expressa num déficit fiscal consolidado de 4,6% do PIB, "excessivamente elevado", acrescentou.

O ministro explicou que esse déficit fiscal alimenta o déficit em contas correntes, ambos experi-



Malan: resposta à crise

mindu o desequilíbrio entre poupança e investimentos que caracteriza a economia brasileira, sujeitando-a à necessidade de financiamento externo.

Conforme Malan, o controle desses déficits é condição para atingir os três objetivos macroeconômicos que orientam as ações do governo: manutenção da trajetória de queda da inflação,

criação de condições para um crescimento sustentado da economia e, pressupondo os anteriores e "fundamental", a incorporação de um número crescente de brasileiros ao mercado, com "ampliação do espaço da cidadania".

Para o ministro, uma taxa de crescimento do PIB da ordem de 4% ao ano, durante cinco anos consecutivos, "não é brilhante, mas não é desprezível nesse país e em nenhum lugar do mundo". Semelhante continuidade só teria ocorrido, recentemente, na segunda metade dos anos 70, comparou.

Kandir adverte que crise internacional não acabou

O ministro Antônio Kandir disse que a crise financeira internacional ainda não acabou e poderá ter desdobramentos mais graves. Ele declarou que é preciso ter estratégia para enfrentar os desafios e garantiu que não é desejo do governo manter as taxas de juros elevadas por muito tempo: "Isso criaria condições para nova aposta contra o real e poderia gerar uma recessão profunda".

Kandir fez exposição didática e mostrou os motivos pelos quais o Brasil se encontra afetado por uma crise internacional. Disse que a crise levou à desvalorização de ativos financeiros - mais de 2 tri-



Kandir: estratégia

lhões de dólares, no mundo - e que a capacidade de financiamento foi reduzida.

Relacionou nove características dos países com maior propensão a ataques especulativos: câmbio rígido, moeda valorizada, sistema financeiro desequilibrado, desajuste nas contas externas e públicas, dificuldades de financiamento, dificuldades políticas para fazer ajustes, ativos valorizados e sistema econômico onde a captação de poupança externa e interna não seja canalizada para produtos exportáveis ou que concorram com os importados.

Amin quer defesa contra o capital especulativo

Em sua intervenção no debate com os ministros o senador Espedito Amin (PPB-SC) indagou sobre o que é possível fazer para que as economias dos diversos países "possam auferir alguns benefícios e não serem submetidas aos sobressaltos e prejuízos da atuação do capital especulativo no mundo".

Respondendo, o ministro Pedro Malan disse que se registra em nível mundial um movimento "de crescente interação e diálogo" visando enfrentar esse problema, e que o Brasil "está num processo crescente de melhoria da qualidade do capital que financia o déficit em conta corrente". Ele acres-



Amin: dinheiro bom

centou que, este ano, mais da metade desse déficit será financiado por investimento direto, "que não é capital volátil, de curto prazo".

O ministro Kandir salientou o papel de destaque do Brasil na discussão sobre a importância de se melhorar o controle do capital de curto prazo.

Amin afirmou que, com o programa de privatização das telecomunicações, o Brasil tem possibilidade de atrair "dinheiro bom", segundo o nosso interesse, e por isso podemos liderar um esforço internacional no sentido de domesticar uma força livre de mercado, que é a especulação.

Requião vê desespero na equipe

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) chamou de "emburlo" o ajuste fiscal editado pelo governo federal para conter uma possível crise e destacou que não passa de uma "tentativa desesperada da equipe econômica de sair da entalada em que se meteu, com alguns erros enormes na condução da política e da gestão do país, depois do inequívoco sucesso do plano de estabilização". A manifestação foi feita aos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, durante debate no Congresso.

O senador afirmou que aplaude uma política séria, como a que estabilizou a moeda, mas não concorda com a "crueldade" de medidas como a tentativa de demitir funcionários públicos

num momento tão delicado da vida econômica nacional.

- Se demitíssemos todos os funcionários públicos, inclusive os srs. ministros, não resolveríamos o problema do déficit fiscal - observou Requião, destacando que o déficit "se deve única e exclusivamente aos juros".

Para Requião, ao procurar o equilíbrio fiscal ou o superávit fiscal e a estabilidade da moeda, o Brasil "tenta chegar na situação em que o Paraguai se encontra há 30 anos, porque aquele país tem superávit fiscal e uma moeda de absoluta estabilidade".

Em resposta a Requião, o ministro Antônio Kandir afirmou que a equipe econômica continua no mesmo caminho que vinha percorrendo: "Já há algum tempo temos dito que precisamos reduzir o déficit público e diminuir o déficit de transações correntes. Só para fazer uma comparação, o déficit operacional no ano passado foi de 4,7%. Este ano, já estamos nos últimos 12 meses com um déficit operacional de 2,73%".



Requião: erros

Redução de 50% nos incentivos fiscais provocará fuga de investimentos, beneficiando o Sudeste, reclamou o senador

Jefferson questiona corte de incentivos à Zona Franca

Mesmo considerando a necessidade das medidas de ajuste fiscal, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) questionou sábado, durante o debate no Congresso com os ministros da Fazenda e do Planejamento, a eficácia do corte de 50% nos incentivos fiscais, particularmente os que beneficiam a Zona Franca de Manaus.

Jefferson observou ainda que a crise começou na Tailândia, em agosto, o que apontaria para a necessidade de medidas acauteladoras: "Não sei se houve excesso de otimismo ou erro de cálculo, quando se disse, inclusive, que a crise poderia nos beneficiar".

Para o senador, é um equívoco afirmar que o parque industrial de



Jefferson: falta lógica na medida
Manaus é artificial porque baseado em renúncia fiscal. "O Amazonas é um dos cinco maiores contribuintes federais do país, graças aos efeitos colaterais da Zona Franca", frisou.

- A medida levará ao congela-

mento de novos investimentos na região, e estes não irão para o Nordeste, mas para o Sudeste, ou o Paraguai. Qual a lógica econômica por trás dessa medida? - indagou o senador.

Conforme o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o corte foi orientado pelo princípio da universalidade e baseou-se na percepção de que "vamos passar um período turbulento, em que os custos devem ser distribuídos de maneira equânime". Malan salientou que os incentivos estabelecidos na Constituição não lhes dão caráter de perpetuidade e que, comparativamente ao resto do país, a Zona Franca de Manaus continua "com uma vantagem do ponto de vista locacional".



Suplicy: falta política cambial

Suplicy expõe suas dúvidas sobre rumos da economia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou sete questões aos ministros, na sessão de sábado do Congresso, perguntando, entre outras coisas, por que o governo reluta tanto em mudar a política cambial e se seria expressivo o impacto inflacionário de uma desvalorização do real.

Malan disse que nenhum ministro da Fazenda discute o que pode vir a ser feito em matéria de política cambial. Ele afirmou que, quando o governo achar que essa política deve mudar, isso acontecerá. E acrescentou: "Por ora, não achamos que devemos mudar".

"Sabemos que empresas privadas e entidades do próprio setor público devem vultosas somas ao Tesouro e à Previdência", continuou o senador, que quis saber qual o valor da dívida ativa da União em condições de cobrança imediata, e o total dos débitos em atraso para com a União.

O ministro da Fazenda respondeu que esses valores estão fixados em Ufir e anunciou estar encaminhando ao senador uma longa lista desses débitos. Afirmou que os poderes Executivo e Legislativo podem avançar muito, num esforço cooperativo, para cobrar essas dívidas, e explicou que a cobrança não é tão simples como se imagina. Segundo Pedro Malan, há muitas instâncias até a execução dessas dívidas, e muitos devedores levam anos recorrendo até pagarem seus débitos.

Outra questão de Suplicy relacionava-se com o fato de que nas 51 medidas do plano de ajuste fiscal não há nenhuma destinada a atenuar o desemprego. Malan disse que o governo é extremamente preocupado com a questão social, e ressaltou que, dos 42 projetos do plano Brasil em Ação, 16 contemplam a área social e relacionam-se à geração de empregos.

Governo deve aprender a lidar com a inflação, recomenda Lauro

Também durante o debate com os ministros da área econômica, o senador Lauro Campos (PT-DF) destacou que mesmo países como os Estados Unidos jamais conseguiriam alcançar seu equilíbrio orçamentário nos termos pretendidos para o Brasil pelo governo Fernando Henrique.

Essa meta, de acordo com o senador, tem causado enormes prejuízos às classes média e pobre, que, em consequência, tiveram reduzido seu poder aquisitivo, em razão da não-reposição das suas perdas inflacionárias.

Lauro Campos citou para os ministros Malan e Kandir uma pesquisa do FMI, segundo a qual de 1970 para cá os EUA jamais conseguiram zerar suas contas, oscilando desde então entre um déficit de US\$ 195 bilhões (1987), US\$ 289 bilhões (1992) e US\$ 27 bilhões, em 1997. Segundo ele, esses números demonstram que os EUA conseguem lidar com o desequilíbrio orçamentário sem perder o controle da inflação. Para o senador, o governo deve repor as perdas inflacionárias dos trabalhadores e aprender a lidar com a inflação.

O capitalismo não sobrevive sem déficit orçamentário - afirmou o senador, lembrando Adam Smith, Malthus e John Maynard Keynes. Citando Malthus, Lauro Campos disse que a verdade individual não serve para a coletividade na economia.

Em resposta a Lauro Campos, Malan disse que jamais a equipe econômica se iludiu com a possibilidade de zerar o déficit orçamentário, que considerou uma meta praticamente inatingível, ou uma ilusão, em face dos novos endividamentos que o país possa contratar.

No entanto, frisou Malan, "não podemos resolver os nossos problemas com novos financiamentos no momento em que tentamos atingir uma meta que nos dê maior credibilidade no mercado internacional". Uma dessas metas, segundo o ministro, é a de modernizar o setor público.

Cabral pergunta se a medida é mesmo relevante e urgente

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse durante o debate com os ministros no sábado que a Medida Provisória nº 1.602, disposta sobre a redução de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, "é duplamente ilógica".

Segundo Cabral, a medida carece de lógica jurídica, já que o artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece que a Zona Franca de Manaus é mantida por isenções fiscais. Conforme argumentou, a MP altera um decreto-lei que regulamenta a questão, mas não se refere à Constituição.



Cabral: formação de oligopólios

Ele também questionou a relevância e urgência da medida, que também trata, entre outras coisas, de rotulagem de produtos e comercialização de cigarros.

Suassuna pede pelo Norte e Nordeste a Malan e Kandir

No debate com os ministros Pedro Malan e Antônio Kandir, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) começou sua intervenção com um texto de Eduardo Galeano sobre "os ninguéns", para queixar-se dos cortes nos incentivos fiscais destinados ao Nordeste. Ele lembrou que há um preceito constitucional que determina tratamento diferenciado para as regiões, a fim de que se corrijam os desequilíbrios regionais, e disse que as medidas do ajuste fiscal são contra "os ninguéns do Norte

e do Nordeste". Suassuna apelou aos ministros para que revejam essa decisão.

O senador aproveitou para sugerir algumas fontes de recursos, como a venda de bens da União - os imóveis em terras da Marinha, disse, valem R\$ 3,5 bilhões - e a terceirização da cobrança das dívidas para com a União, já vencidas.

Malan respondeu que o efeito do conjunto de medidas, em relação à União, representa R\$ 11,9 bilhões, R\$ 6,6 bilhões resultantes da



Suassuna: apelo ao ministro

elevação da renda líquida e R\$ 5,3 bilhões de cortes de despesas - e que, desse total, R\$ 570 milhões referem-se à redução de incentivos, o que, na avaliação do ministro, não é desprezível mas não tem uma proporção elevada em relação ao total.

Manutenção da Taxa Referencial teria impacto negativo para o déficit público, os mutuários do SFH e os estados e municípios

Fazenda estuda extinção da TR sugerida por Serra

O senador José Serra (PSDB-SP) defendeu, durante o debate com os ministros Malan e Kandir, que, independentemente do diagnóstico e das medidas adotadas pelo governo, "corretas e inevitáveis", a extinção da TR e a retirada do Imposto de Renda na fonte dos títulos públicos atenuariam suas consequências sobre a economia e a sociedade. As sugestões estão sendo analisadas pelos técnicos do governo, assegurou Malan.

A manutenção da TR, segundo o senador, tem resultado na fixação de índices de correção superiores aos da inflação, com consequências nefastas para o déficit público, para os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação e para estados e mu-



Serra: consequência nefasta municípios, pelo impacto sobre os juros de financiamentos destinados à área de saneamento.

- De 1994 para cá, a TR foi responsável pelo aumento de R\$ 10 bilhões no FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) - disse. Em resposta ao argumento de que extinguir a TR resultaria

em fuga dos aplicadores em poupança, Serra defendeu a fixação, pelo Conselho Monetário Nacional, de juros superiores exclusivamente para os rendimentos da poupança.

Malan reconheceu que a TR tem "um vício de origem" e provoca um descasamento na correção de ativos e passivos da economia. No entanto, qualquer mudança, por envolver dezenas de milhares de poupadores, "exige cautela e não pode ser feita de chofre". Quanto à retirada do IR dos títulos públicos, o ministro considerou que ela geraria problemas de remuneração diferenciada entre títulos públicos e privados, fato visto como "altamente problemático" pelos técnicos do Banco Central.

Ademir aponta crescimento das dívidas interna e externa

Na audiência dos ministros com deputados e senadores, Ademir Andrade (PSB-PA) questionou a competência da equipe econômica, que, em sua opinião, inexplicavelmente, tornou mais endividado o país apesar de ter vendido expressivo patrimônio público.

Conforme o senador, a dívida interna brasileira era de US\$ 70 bilhões quando Fernando Henrique Cardoso assumiu e, passados dois anos e dez meses, essa dívida hoje totaliza US\$ 190 bilhões, o que significa mais de 200% de aumento. Ele questionou sobretudo o fato de que, no mesmo período, o governo vendeu várias empresas estatais.

Ademir Andrade também disse que os US\$ 3 bilhões conseguidos com a venda da Companhia Vale do Rio Doce foram dissipados só na parcela do aumento dos juros determinado pelo governo nesse período de crise. Ele lembrou que a equipe econômica não aumentou apenas a dívida interna; a externa também passou de US\$ 110 bilhões para US\$ 115 bilhões. Destacou ainda que o Brasil continua exportando apenas produtos primários ou semi-elaborados, o que é desvantajoso para nosso comércio exterior.

O ministro da Fazenda respondeu que o Brasil ganhou muito nesse período, a começar pelo fato de que, em 1993, a inflação



Ademir: país mais endividado

anual brasileira era de 2.700% e a renda *per capita* da nação caía anualmente. Ele disse que, até iniciar-se o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil vinha recebendo volumes irrisórios de investimentos diretos, o que mudou completamente nos últimos anos.

Pedro Malan explicou que o PNB vem crescendo anualmente e que o Brasil recuperou a credibilidade internacional.

Levy vê situação dramática das microempresas

O senador Levy Dias (PPB-MS) manifestou durante o debate com os ministros Pedro Malan e Antônio Kandir sua preocupação com a situação "dramática" das micro e pequenas empresas brasileiras. Ele argumentou que, em virtude da alta taxa de juros, os pequenos empresários não conseguem crédito nos bancos e estão comprometendo a sua situação financeira no começo do seu empreendimento por não possuírem capital suficiente.



Levy: juros altos e falta de crédito

Pedro Malan reafirmou sua confiança em que o prazo de vigência da alta taxa de juros não será ex-

cessivamente longo.

Levy Dias também abordou a redução de recursos do Fundo do Centro-Oeste (FCO). Para o senador, os números apresentados pelo governo geram intranquilidade, já que o fundo só aplica na região R\$ 80 milhões, "menos do que o Banco do Brasil gastou em publicidade". Segundo afirmou, existem R\$ 300 milhões do FCO e do Finor disponíveis, mas a alta taxa de juros desestimula a tomada desse empréstimo.

Osmar Dias quer prioridade de crédito para o setor rural

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), durante o debate com os ministros, concentrou suas dúvidas nas consequências do conjunto de medidas de contenção sobre atividades econômicas importantes para o país e para a geração de empregos, como a agricultura e as pequenas empresas. Ao mesmo tempo, manifestou seu apoio ao Plano Real e às ações de defesa da estabilidade da moeda. Ele pediu prioridade dos órgãos de crédito para o financiamento do setor rural e dos pequenos projetos de rápida maturação.

O ministro Kandir foi o encarregado de responder às preocupações e propostas do senador. Depois de agradecer o apoio do parlamentar aos esforços de preservação do Plano Real e defesa da economia brasileira diante do ataque especulativo de investidores internacionais, o ministro apontou em duas das medidas provisórias que estão em análise pelo Congresso iniciativas

concretas na direção das prioridades propostas por Osmar.

Essas medidas abrem caminho para que o governo use R\$ 700 milhões depositados em contas inativas no Banco Central para o financiamento de um programa de crédito fundiário (com R\$ 400 milhões), além do custeio de um fundo de avais para apoiar projetos de financiamento às micro e pequenas empresas, por parte de bancos como o Banco do Brasil, BNDES e CEF, no valor de R\$ 300 milhões. Kandir explicou que o mecanismo montado para o fundo de avais permitirá alavancar financiamentos de até R\$ 2,8 bilhões, atendendo projetos como os defendidos pelo senador.



Osmar: empregos

Deputados questionam cortes e apontam recessão

Onze deputados federais interpelaram os ministros na sessão em que o Congresso os ouviu sobre o plano de ajuste fiscal do governo. Entre as explicações oferecidas, Kandir anunciou que o Brasil deve conseguir R\$ 30 bilhões privatizando estatais no próximo ano, começando pela malha rodoviária. Haroldo Lima (PCdoB/BA) denunciou a vulnerabilidade do Brasil frente ao capital internacional. Sua maior preocupação era saber por que não foi possível ao governo brasileiro apresentar um pacote não recessivo.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) pediu que o governo reveja a medida que congela verbas destinadas a idosos, deficientes e outros necessitados. O ministro Pedro Malan respondeu que essa é uma medida temporária. Paes Landim (PFL-PI) questionou a necessidade de incluir no rol de privatizações o setor petrolífero. Antônio Kandir respondeu que o governo está procurando ampliar as privatizações.

O deputado Lindberg Farias (PCdoB/RJ) afirmou que os ministros não vão ser sacrificados pelo pacote fiscal. Nilson Gibson (PSB-PE) alertou os ministros para o fato de que a Lei Fogaça veda expressamente que medida provisória regule matéria tributária. Malan respondeu que, à luz da Cons-

tituição, "medida provisória pode sim regular matéria tributária". Sandra Starling (PT-MG) quis saber que esperança pode ter o brasileiro diante desse ajuste fiscal.

O deputado Israel Pinheiro (PTB-MG) disse que a crise do brasileiro é a pior de todos os países emergentes, porque os juros no Brasil são os mais altos do mundo. Mussa Demes (PFL-PI) questionou a elevação das alíquotas do Imposto de Renda e criticou o corte dos fundos de desenvolvimento. Arthur Virgílio (PSDB-AM) louvou a iniciativa da reunião de congressistas com os ministros.

Chico Vigilante (PT-DF) referiu-se a declarações conflitantes do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, sobre a ida do Brasil ao FMI e quis saber se o Brasil vai recorrer a empréstimo dessa instituição. Pedro Malan respondeu que deve haver uma tentativa de o intrigarem com Gustavo Franco, com o qual ele tem a maior afinidade nessa questão. José Carlos Aleluia (PFL-BA) pediu mais esforço da equipe econômica para tocar a reforma patrimonial e considerou também perversa a medida que corta incentivos fiscais para o Norte e o Nordeste.

Ronaldo Cunha Lima aguarda resposta dos ministros sobre redução de verbas no setor que ele considera um dos mais sensíveis para o desenvolvimento econômico e social do país

Cortes em ciência e tecnologia preocupam



Kleinübing: México sofreu menos

Kleinübing: por que a crise nos afeta tanto?

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) perguntou ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante o debate por que a crise da Ásia havia afetado mais o Brasil que o México e a Argentina. Malan afirmou que o país tem uma das maiores bolsas do mundo em termos de volume de ações, além de ser a oitava maior economia, com amplo processo de interação global. Além disso, há uma "diferença fundamental", segundo o ministro: "Tanto a Argentina quanto o México avançaram muito mais nos seus respectivos processos de reforma fiscal e modernização do Estado que o Brasil".

- O déficit do setor público fiscal consolidado é inferior a 2% do Produto Interno Bruto respectivo em cada um desses países - observou Malan.

Vilson Kleinübing também questionou o ministro sobre a elevação das taxas de juros, que agrava o quadro de concentração de renda, já que "no Brasil, hoje, quem produz e quem trabalha está ganhando muito menos do que quem especula ou tem dinheiro para emprestar".

Malan afirmou que "a taxa de juros elevada é uma expressão da nossa incapacidade de tratar da questão fiscal. O que baixa a taxa de juros é a demonstração de que o setor público, como um todo, não está pressionando o mercado, tendo que se financiar - no nosso caso, R\$ 35 bilhões a cada ano - porque, sistematicamente, seja no presente ou no passado, gastamos muito mais do que arrecadamos".

Os cortes nos incentivos à ciência e tecnologia, "de apenas R\$ 200 milhões, não constituiriam um ônus muito elevado para o país em relação ao prejuízo causado aos investimentos na inteligência nacional e à inovação tecnológica, de que o parque industrial brasileiro tanto necessita?"

A pergunta foi feita pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) em interpelação encaminhada, por escrito, a Malan e Kandir, na sessão de sábado, para ser respondida posteriormente. O senador indagou também se essa redução



Ronaldo: prejuízo à inteligência

nos incentivos "não colide com as necessidades do país para enfrentar a competição no mundo globalizado".

Ronaldo questionou ainda por que o governo não considera a hipótese de reduzir os incentivos regionais linearmente em apenas 25%, em vez dos 50%, como foi anunciado.

- A Sudene, mantidas as previsões anteriores às medidas econômicas, necessitaria de três anos para cumprir os seus compromissos com os cerca de 360 projetos já em andamento. Com o corte de 50% proposto, precisará do dobro do tempo, o que significa seis anos sem atração de um único projeto novo e um custo, em número de empregos, de 60 mil vagas anuais - alega o senador.

Líder da oposição quer saber onde o capital foi atingido

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, quis saber dos ministros que medidas, entre as 51 baixadas pelo Executivo, atingem o capital financeiro. Dutra afirmou que todos estão cansados da monotonia de nunca verem medidas do governo que taxam o capital financeiro.

Ele perguntou ainda sobre uma possível redução do percentual de contribuição sobre o lucro líquido dos bancos e formulou questões a respeito de previsões de crescimento para 1998 e consequências do pacote sobre o nível de emprego.

Dutra iniciou sua intervenção comentando as afirmações dos ministros da área econômica e do presidente da República de que os problemas do país só seriam resolvidos quando fossem votadas as reformas estruturais.

- A reforma da Previdência ficou, durante seis meses, sem indicação do relator pelo PSDB, que é o partido do presidente, porque naquele momento a prioridade era a reeleição - assinalou.



Dutra quer taxar capital financeiro

O senador disse que Malan falou sobre a crise "em tom quase de terrorismo", e citou várias afirmações dos ministros da Fazenda e do Planejamento ao longo dos últimos anos com previsões que não teriam sido confirmadas. O senador chegou a brincar, afirmando que o Congresso ajudou a equipe econômica, ao aprovar projeto do deputado Aluísio Nunes que retira da Lei das Contravenções Penais o ato de explorar a credulidade pública mediante sortilégios e previsões do futuro.

O ministro Malan manteve as afirmações que fez no passado, expli-

cando-as, e assegurou que o déficit brasileiro será muito inferior ao previsto pelos "catastrofistas".

Por sua vez, o ministro Kandir falou sobre os esforços em favor da exportação e o crescimento do país no setor e disse que, com relação ao sistema financeiro, o governo pediu prioridade máxima ao projeto de lei sobre lavagem de dinheiro e enviou ao Congresso uma proposição sobre contribuições do setor.

Ao retomar a palavra, Dutra afirmou que, para demonstrar a correção da condução da política econômica, Malan comparou os números obtidos com as previsões catastróficas. O senador aproveitou para afirmar que a oposição está disposta a debater com o governo propostas de reforma tributária, aumento do ITR (Imposto Territorial Rural), aumento do imposto sobre o patrimônio e da participação dos impostos diretos no conjunto da arrecadação tributária, taxa-ção sobre grandes fortunas.

Júnia: renda do trabalhador foi confiscada

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que o ajuste fiscal adotado pelo governo representa o confisco de rendimentos da classe trabalhadora, sobretudo do servidor público, que não tem aumento salarial há três anos. A senadora referiu-se especialmente à elevação em 10% do Imposto de Renda das pessoas físicas e citou informação publicada em um jornal de que cada brasileiro irá contribuir com dois meses de seu trabalho para os cofres da União.

Júnia Marise afirmou que todos os "pacotes econômicos" implementados no Brasil impuseram sacrifícios à população. Disse estar recolhendo em seu estado manifestações de repúdio ao ajuste fiscal e recebendo correspondências em que os eleitores pedem que vote contra algumas medidas definidas pelo governo.

Ela disse que sua preocupação maior é com os cortes para ensino e pesquisa, a suspensão da concessão dos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e o aumento do des-emprego.

Na opinião da senadora, o corte em 12,5% dos recursos para bolsas de pesquisa causa um dano irreversível e significa um retrocesso, representando uma economia pouco significativa, no conjunto, de R\$ 100 milhões.

Júnia Marise manifestou apreensão ainda com a suspensão, por três meses, da concessão dos benefícios da Loas, recebidos por idosos carentes e deficientes, sobretudo por temer que tal prazo seja prorrogado. Essa interrupção dos benefícios, segundo a senadora, significará uma economia de R\$ 210 milhões, que é "a metade do que o governo está gastando com a sua rubrica de publicidade".

- Por que o governo não corta os gastos com matéria publicitária? Os velhinhos ficarão desamparados, sem a menor condição de se sustentar - frisou.

Sete horas e meia de espírito público e civismo

Ao encerrar a sessão extraordinária de sábado, na qual os ministros da Fazenda e do Planejamento foram questionados sobre as medidas econômicas, o presidente do Congresso, senador Antonio Car-

los Magalhães, afirmou que os deputados e senadores "mostraram espírito público e civismo".

- Agradeço a presença dos ministros e, principalmente, dos deputados e senadores.

Os congressistas mostraram que estão à altura de seus mandatos, comparecendo a uma sessão de sete horas e meia, num sábado, para o debate com os ministros - disse Antonio Carlos Magalhães.



Júnia: corte ameaça pesquisa

Balanço do fim de semana é "excelente"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou "excelente" o rendimento das atividades do Congresso neste fim de semana e o comparecimento dos parlamentares, e anunciou nova jornada extraordinária de trabalho para o primeiro fim de semana de dezembro, quando espera que seja votada a proposta orçamentária da União para 98.

A respeito das atividades do domingo no Senado, Antonio Carlos destacou "a presença da maioria absoluta dos senadores na sessão plenária", ao mesmo tempo em que a comissão mista encarregada da MP 1.601 se reunia (veja ao lado).

O senador destacou ainda a contribuição do Congresso Nacional para o esforço de superação dos efeitos da crise financeira internacional sobre o país, com o alto comparecimento de parlamentares ao debate de sábado com os ministros da Fazenda e do Planejamento, bem como pela expressiva presença de senadores na sessão do domingo, em que a Casa iniciou a tramitação em plenário do novo Código Civil brasileiro.

Na avaliação do presidente do Senado, todo esse esforço deverá contribuir para tornar desnecessária a convocação extraordinária do Legislativo durante o recesso de final de ano. O Congresso não fará a convocação, garantiu Antonio Carlos, que ressaltou, porém, o direito de o presidente da República tomar essa iniciativa.

O senador acredita que todas as medidas provisórias do ajuste fiscal estarão discutidas e votadas até o dia 8 de dezembro.



Antonio Carlos, ao centro, visitou a comissão e elogiou os trabalhos

Mendonça de Barros explicou a MP que cria fundo para financiar micro e pequenas empresas nos mercados interno e externo

Comissão mista ouve presidente do BNDES

Em audiência pública ontem na comissão mista que analisa a Medida Provisória nº 1.601, que institui um fundo especial para financiar micro e pequenas empresas, o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse que esse mecanismo contará com recursos da ordem de R\$ 300 milhões. O BNDES financiará 60% dos empréstimos, ficando 40% sob responsabilidade de cada agente financeiro.

O relator da MP, José Roberto Arruda (PSDB-DF), considerou "muito boa" a explanação de

Mendonça de Barros e defendeu, entre outras modificações, alteração no artigo 4º da MP. Por esse dispositivo, o fundo proverá recursos para garantir "o risco das operações de financiamento ou a produção destinada à exportação". Arruda quer assegurar recursos apenas para o mercado interno.

Ney Suassuna (PMDB-PB) disse temer pela "capilaridade" dos recursos que, a seu ver, atendem aos estados do Sudeste mas nunca chegam ao Centro-Oeste e ao Nordeste.

Eduardo Supley (PT-SP) também elogiou a iniciativa governamental, mas apontou a necessidade de modificações em alguns dispositivos da medida provisória.

A comissão mista é presidida pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA). Além de Luiz Carlos Mendonça de Barros, participaram da audiência pública o presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Cury, e João Carlos Decarli, representante do Sebrae. A comissão volta a se reunir amanhã, às 10h.

Agenda de reuniões para amanhã

A comissão mista da MPn.º 1.595, que proíbe a incorporação de gratificações comissionadas à aposentadoria de servidores públicos, reúne-se amanhã, às 11h, para discutir a matéria. No mesmo dia, às 15h30, também se reúne a comissão mista da MPn.º 1.600, que dispõe sobre a

utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades de administração pública federal indireta.

Também amanhã, a Comissão Mista da MPn.º 1.598, que trata de exportação indireta, reúne-se, às 16h30, para a apreciação do parecer

de mérito do relator.

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), realiza reunião, às 15h também desta terça-feira, para a apreciação de 18 projetos de lei de créditos adicionais e requerimentos.

ACM apresenta emenda do imposto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou sábado emenda suprimindo o artigo 21 da Medida Provisória 1.602, que determina aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física. O senador está convencido de que a proposta do governo desconhece que "a classe assalariada já se encontra no limite de sua capacidade de contribuição".

- Nos posicionamos contra o dispositivo que cria o adicional de 10% sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física, pois nestes muitos anos de vida pública

temos visto que em todas as crises o trabalhador assalariado é sempre o primeiro chamado a contribuir para amenizar as dificuldades do Tesouro - afirma o senador, no texto da justificativa de sua emenda.

O senador ressalta que decidiu apresentar a emenda, a despeito de admitir o "caráter inelutável" das medidas econômicas adotadas pelo governo para conter a crise e de reconhecer que elas são "imprescindíveis à proteção da economia e à continuidade do plano de estabilização da moeda nacional", por considerar que existem outras alterna-

tivas viáveis:

- Apresentamos a emenda com total tranquilidade, uma vez que temos sugestões - e o Executivo mais ainda - de outras fontes mais que suficientes para suprir as necessidades, dispensando maiores encargos para a pessoa física.

Antonio Carlos disse também que, a despeito da delicadeza da situação, o Congresso deve ter sensibilidade para distinguir entre as medidas que sejam, efetivamente, indispensáveis e aquelas que, embora necessárias, sejam capazes de provocar um mal maior.

Tuma cobra leis contra o "dinheiro sujo"

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ontem que o Brasil está distanciado de outros países em termos de legislação que bloqueie a transformação de dinheiro originado de atividades ilegais em dinheiro "limpo". Há, conforme estimativas, cerca de US\$ 420 bilhões de dinheiro "sujo" no mercado internacional e boa parcela desse montante vem parar no Brasil, pelas facilidades aqui existentes, disse.

Na opinião do senador, este foi um dos importantes pontos que não foram devidamente analisados ontem, na sessão extraordinária do Congresso Nacional convocada para discutir, com os ministros Pedro Malan e Antônio Kandir, as recentes medidas de controle do déficit fiscal tomadas pelo governo. Outros temas a merecer discussões mais aprofundadas, segundo o senador, seriam a cobrança da dívida ativa da União e medidas capazes de ampliar a área agrícola do país.

No caso da cobrança das dívidas federais, Tuma salientou que, quando estava à frente da Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria acumulava mais de 100 mil processos, paralisados por falta de pessoal. Então, afirmou, chegou-se a analisar a criação de vagas de juízes substitutos para acelerar o processo de cobrança.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a importância das preocupações de Tuma. Osmar Dias (PSDB-PR), por sua vez, ressaltou que, para garantir os produtos necessários ao mercado brasileiro, a área agrícola deveria crescer o bastante para produzir 100 milhões de toneladas de grãos. À falta de incentivos adequados, aquela área tem decrescido, frisou.



Antonio Carlos: saldo positivo



Tuma: "lavagem" fora da pauta